



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO CORRECCIONAL
Processo Administrativo nº 0003847-23.2013.5.04.0000

Unidade Judiciária: 1ª Vara do Trabalho de Uruguaiana

Data da instalação da Unidade Judiciária: 04.09.1963
Municípios jurisdicionados: Barra do Quaraí e Uruguaiana
Data da última inspeção correccional: 02.10.2012
Data da presente inspeção: 21.08.2013

Introdução

No dia 21 de agosto de 2013, a Corregedora Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, Desembargadora **CLEUSA REGINA HALFEN**, compareceu à sede da 1ª Vara do Trabalho de Uruguaiana, em correição ordinária anual, nos termos legais e regimentais, acompanhada da Assessora Jurídica da Corregedoria, Bruna Calsing, sendo recebidas pela Juíza do Trabalho Titular, Laura Antunes de Souza, pelo Juiz do Trabalho Substituto, Marcos Rafael Pereira Piscino, pela Assistente de Diretor de Secretaria, Carmen Lúcia da Silva Vieira, e pelos servidores Beatriz de Fellipe Reis, Chaiane Maria Bublitz, Dianir Valente Izaguirres, Éverton Roberto da Silva, Fernanda Savian Rodrigues, Josiane Silveira, Luiz Fernando Queiroz Gonçalves, Marilene Santos Sereno, Paulo Tarso Villela Gomes e Rafaela Martins Pottes de Mello. Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com os juizes e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Uruguaiana, das 14h às 16h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes a essa Vara do Trabalho, tendo comparecido, para esse fim, os Advogados Maurício Felix Blanco (Presidente da Subseção de Uruguaiana – OAB/RS nº 40.180), Giovanni Goulart Ribeiro (Tesoureiro da Subseção de Uruguaiana OAB/RS nº 21.843), Marcelo Arámburu Borin (Secretário-Geral Adjunto – OAB/RS nº 37.409) e José Paulo Molinari de Souza (OAB/RS nº 30.429), que teceram elogios aos Magistrados e aos Servidores pelo eficiente trabalho prestado na Vara do Trabalho inspecionada e narraram dificuldade no recebimento de precatórios e requisições de pequeno valor do Município de Uruguaiana. O Advogado Márcio Pereira Fuques (OAB/RS nº 71.755) também tratou da demora nos pagamentos dos precatórios e das requisições de pequeno valor pelo Município de Uruguaiana, e a Advogada Cláudia Marília Quintana Castro (OAB/RS nº 68.996) somente enalteceu o trabalho prestado no Foro da Justiça do Trabalho de Uruguaiana.

Sinala-se que, em termos gerais, a Unidade Judiciária apresentou muito bom desempenho, com destaque para o cumprimento das Metas 2 do CNJ dos anos de 2010, 2012 e 2013, julgando todos os processos ajuizados até 2009; das Metas 1 do CNJ dos anos de 2012 e 2013, julgando mais processos de conhecimento do que os distribuídos nestes anos. Destacou-se,



ainda, no prazo médio de tramitação dos processos na fase de cognição e no alcance das metas estabelecidas no Plano Estratégico Institucional do TRT 2010-2015 quanto ao prazo médio de tramitação dos processos na fase de execução nos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013. Todavia, com base nos dados levantados e nos processos relacionados, são registradas algumas observações e recomendações neste documento.

1. Corpo Funcional

1.1. Juízes do Trabalho

Nos termos da Portaria nº 13/2012, da Corregedoria Regional deste TRT, a 1ª Vara do Trabalho de Uruguaiana pertence à 51ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região, juntamente com a 2ª Vara do Trabalho da Comarca. Essa circunscrição conta com a lotação de 1 juiz substituto em regime compartilhado.

O Juiz **Marco Aurélio Barcellos Carneiro** ocupou a titularidade da Vara do Trabalho entre 29.07.2010 e 26.01.2012. A Titular da Unidade Judiciária inspecionada é a Juíza **Laura Antunes de Souza** desde 15.02.2012. O Juiz do Trabalho Substituto **Inácio André de Oliveira** esteve lotado na 1ª e na 2ª Varas do Trabalho de Uruguaiana no período de 11.03.2013 a 12.08.2013.

Os Juízes do Trabalho Substitutos **Denílson da Silva Mroginski**, **Marcos Rafael Pereira Piscino** e **Tiago Mallmann Sulzbach** atuaram na Unidade Judiciária durante o lapso avaliado, de 1º.01.2012 a 21.08.2013, nos períodos constantes do quadro abaixo, onde são discriminados os lapsos de atuação de todos os magistrados que trabalharam nessa Unidade.

Juiz do Trabalho	Atividade/Situação	Afastamento/dias
Marco Aurélio Barcellos Carneiro	Juiz do Trabalho Titular da Unidade Judiciária de 29.07.2010 a 26.01.2012.	09.01.2012 a 26.01.2012 18 dias – Férias.
Tiago Mallmann Sulzbach	Atuou , no período de 09.01.2012 a 26.01.2012, em virtude de férias do Juiz Titular; Atuou , no período de 27.01.2012 a 14.02.2012, em virtude da vacância da titularidade da Vara do Trabalho.	-



Laura Antunes de Souza	Juíza Titular da Unidade Judiciária desde 15.02.2012; Foi designada para atuar na 2ª Vara do Trabalho de Gravataí no período de 15.02.2012 a 21.02.2012.	16.07.2012 a 14.08.2012 30 dias – Férias. 07.01.2013 a 07.02.2013 32 dias – Férias; 10.07.2013 a 08.08.2013 30 dias – Férias.
Tiago Mallmann Sulzbach	Atuou , no período de 15.02.2012 a 21.02.2012, em virtude da designação da Juíza Titular para atuar na 2ª Vara do Trabalho de Gravataí.	-
Denílson da Silva Mroginski	Atuou , no período de 16.07.2012 a 14.08.2012, em virtude de férias da Juíza Titular; Atuou , no período de 07.01.2013 a 07.02.2013, em virtude de férias da Juíza Titular.	-
Inácio André de Oliveira	Juiz Substituto lotado na 1ª e 2ª Varas do Trabalho de Uruguaiana de 11.03.2013 a 12.08.2013; Atuou , no período de 08.04.2013 a 19.05.2013, em virtude do regime de lotação compartilhada na 1ª e 2ª Varas do Trabalho de Uruguaiana; Atuou , no período de 05.06.2013 a 09.07.2013, em virtude do regime de lotação compartilhada na 1ª e 2ª Varas do Trabalho de Uruguaiana; Atuou , no período de 10.07.2013 a 1º.08.2013, em virtude de férias da Juíza Titular; Atuou , no período de 02.08.2013 a 11.08.2013, em virtude do regime de lotação compartilhada na 1ª e 2ª Varas do Trabalho de Uruguaiana.	04.03.2013 a 26.03.2013 23 dias – Curso ou Evento
Marcos Rafael Pereira Piscino	Atua , desde 12.08.2013 até 25.08.2013, em virtude do regime de lotação compartilhada na 1ª e 2ª Varas do Trabalho de Uruguaiana.	-



Verifica-se nos dados supraexpostos que o Juiz Titular, entre 29.07.2010 e 26.01.2012, **Marco Aurélio Barcellos Carneiro**, se afastou da Unidade Judiciária por 18 dias, durante o período avaliado, em razão de férias.

A Juíza Titular desde 15.02.2012, **Laura Antunes de Souza**, afastou-se da Vara do Trabalho inspecionada por 92 dias, também em razão de férias, em 3 períodos.

O Juiz Substituto **Inácio André de Oliveira**, lotado na Unidade Judiciária de 11.03.2013 a 12.08.2013, afastou-se por 23 dias, em razão de participação em curso ou evento de capacitação funcional.

1.1.1. Assiduidade dos Juízes

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, constatou-se que tanto os Juízes Titulares, **Marco Aurélio Barcellos Carneiro** e **Laura Antunes de Souza**, quanto o Juiz Substituto que esteve lotado até 12.08.2013, **Inácio André de Oliveira**, sempre compareceram com assiduidade à Unidade Judiciária, à exceção dos períodos de afastamento descritos no item anterior.

1.2. Servidores

Mediante consulta aos dados da Seção de Gestão de Pessoas deste Tribunal, em 24.07.2013, verificou-se que a Unidade Judiciária tem lotação de 14 servidores, relacionados no próximo quadro, entre os quais 2 exercem função comissionada de Assistente de Juiz Substituto, motivo pelo qual se considera a lotação de 12 servidores na Secretaria. Esse número é adequado para a média de sua movimentação processual nos últimos 3 anos (1.122 processos ajuizados em 2010; 1.602, em 2011, e 1.634, em 2012), conforme o Anexo III da Resolução nº 63/2010 do CSJT, com as alterações previstas na Resolução nº 83/2011, também do CSJT, a qual define como sendo de 11 a 12 o número adequado de servidores para Varas do Trabalho com movimentação processual de 1.001 a 1.500 processos ao ano.

A atual Diretora de Secretaria, Stefânia Pasini Machado, conta com apenas 5 meses de exercício na Unidade Judiciária, razão pela qual se pode observar que os demais servidores estão em período de adaptação às novas rotinas da Secretaria. O servidor Paulo Tarso Villela Gomes registra 2 períodos distintos de lotação na Vara do Trabalho inspecionada. O primeiro lapso ocorreu entre 20.04.2004 e 31.07.2007. Após, esse servidor foi removido para a Vara do Trabalho de Encantado, onde permaneceu até 24.02.2013, e retornou à 1ª Vara do Trabalho de Uruguaiana em 25.02.2013.

**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL****TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

Servidor	Cargo	Função	Lotação
Stefânia Pasini Machado (Em Férias)	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Diretora de Secretaria (CJ3)	25.02.2013 (5 meses na Unidade Judiciária)
Carmen Lúcia da Silva Vieira	Analista Judiciário - Área Administrativa	Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)	16.04.2004 (9 anos, 3 meses e 9 dias na Unidade Judiciária)
Josiane Silveira	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Juiz Titular (FC04)	19.03.2012
Sérgio Silva da Silva	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Juiz Substituto (FC04)	09.03.2011
Paulo Tarso Villela Gomes	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Juiz Substituto (FC04)	25.02.2013 (5 meses na Unidade Judiciária)
Dianir Valente Izaguirres	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Secretário de Audiências (FC03)	17.02.1999 (14 anos, 5 meses e 7 dias na Unidade Judiciária)
Marilene Santos Sereno	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente (FC02)	03.02.2004 (9 anos, 5 meses e 21 dias na Unidade Judiciária)
Luiz Fernando Queiroz Gonçalves	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	1º.12.2010
Chaiane Maria Bublitz	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente (FC02)	22.01.2013 (6 meses e 2 dias na Unidade Judiciária)
Cristiana Mendes Mendonça	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Executante (FC01)	1º.06.2012
Beatriz de Felipe Reis	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	10.12.2012
Thales Antunes Soffiatti	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	24.01.2013 (6 meses na Unidade Judiciária)
Everton Roberto da Silva	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	11.03.2013 (4 meses e 13 dias na Unidade Judiciária)



Rafaela Martins Pottes de Mello	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	21.05.2013 (2 meses e 3 dias na Unidade Judiciária)
---------------------------------	--	---	--

1.2.1. Alterações no Corpo Funcional da Unidade Judiciária

No período de 1º.01.2012 até 24.07.2013, a Unidade Judiciária teve alteração no corpo funcional em relação a 8 servidores, como se vê no quadro que segue:

Servidor	Lotação	Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
Roberto Kolling Martini	24.08.2009	29.01.2012	2 anos, 5 meses e 6 dias	Lotação na Vara do Trabalho de Frederico Westphalen – Assistente (FC02)
Eduardo Jesus Sanches	16.06.2008	30.01.2012	3 anos, 7 meses e 15 dias	Vacância - Posse em Outro cargo Inacumulável
Rafael Mayer César	16.08.2010	21.03.2012	1 ano, 7 meses e 6 dias	Lotação na 2ª Vara do Trabalho de Santa Maria – Assistente de Juiz Titular (FC04)
Douglas Lima da Fontoura (Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal)	27.09.2005	30.09.2012	7 anos e 4 dias	Lotação na Central de Mandados de Novo Hamburgo
Sayonara Crestani	03.08.2011	25.10.2012	1 ano, 2 meses e 23 dias	Vacância - Posse em Outro cargo Inacumulável
Sirley Carla Kakow (Anterior Diretora de Secretaria da Unidade Judiciária)	26.01.1994	24.02.2013	19 anos e 29 dias	Lotação na Vara do Trabalho de Encantado – Diretora de Secretaria (CJ3)
Luan Marcel Bernieri	23.02.2012	18.03.2013	1 ano e 26 dias	Lotação na 2ª Vara do Trabalho de Erechim – Assistente de Juiz Titular (FC04)



Fernanda Savian Rodrigues	25.11.2009	14.05.2013	3 anos, 5 meses e 20 dias	Lotação na Vara do Trabalho de São Borja – Assistente de Juiz Substituto (FC04)
---------------------------	------------	-------------------	---------------------------	---

Dos 8 servidores que deixaram de integrar a Unidade Judiciária, 3 lá estiveram lotados por período inferior a 2 anos, 3 trabalharam por lapso que variava entre 2 anos e 5 meses e 3 anos e 7 meses, 1 contava com mais de 7 anos e 1 permaneceu na Vara do Trabalho inspecionada por tempo superior a 19 anos. Registra-se que os servidores Douglas Lima da Fontoura e Rafael Mayer César ocupavam, respectivamente, o cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal e a função comissionada de Assistente de Juiz Titular (FC04), de modo que suas saídas não prejudicaram o funcionamento das rotinas da Secretaria da Vara. Por fim, destaca-se que a servidora que lá trabalhou por mais de 19 anos, Sirley Carla Kakow, foi a anterior Diretora de Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Uruguaiana. Portanto, considera-se que foi elevada movimentação no corpo funcional da Unidade Judiciária nos últimos 18 meses.

1.2.2. Afastamentos dos Servidores

No período de 1º.01.2012 até 24.07.2013, os afastamentos dos servidores da Unidade Judiciária totalizaram 25 dias, conforme o detalhamento apresentado no quadro seguinte.

Servidor	Motivo	Período	
Beatriz de Felipe Reis (desde 10.12.2012)	Curso ou Evento	de 10.12.2012 a 14.12.2012	5 dias
Carmen Lúcia da Silva Vieira	Curso ou Evento	em 27.04.2012	1 dia
Chaiane Maria Bublitz (desde 22.01.2013)	-	-	-
Cristiana Mendes Mendonça (desde 1º.06.2012)	Comparecimento na SEGESP por Convocação	em 13.07.2012	1 dia
	Curso ou Evento	de 21.06.2012 a 22.06.2012 em 17.18.2012 em 31.08.2012 em 19.10.2012 Total:	2 dias 1 dia 1 dia 1 dia 5 dias
Dianir Valente Izaguirres	Curso ou Evento	em 27.04.2012	1 dia
Everton Roberto da Silva (desde 11.03.2013)	Curso ou Evento	de 11.03.2013 a 15.03.2013	5 dias
Josiane Silveira (desde 19.03.2012)	Curso ou Evento	em 19.04.2013	1 dia
Luiz Fernando Queiroz Gonçalves	Curso ou Evento	em 27.04.2012 em 25.05.2012	1 dia 1 dia



		Total:	2 dias
Marilene Santos Sereno	-	-	-
Paulo Tarso Villela Gomes (desde 25.02.2013)	-	-	-
Rafaela Martins Pottes de Mello (desde 21.05.2013)	-	-	-
Sérgio Silva da Silva	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	de 10.07.2013 a 11.07.2013	2 dias
Stefânia Pasini Machado (desde 25.02.2013)	-	-	-
Thales Antunes Soffiatti (desde 24.01.2013)	Curso ou Evento	de 07.03.2013 a 08.03.2013	2 dias

Dos 25 dias de afastamento dos servidores, 2 dias decorreram de licença para tratamento de saúde (LTS), 1 dia de convocação de servidor e 22 dias de participação em curso ou evento de capacitação funcional. Verifica-se, assim, que, no período avaliado, os servidores da Unidade Judiciária se afastaram em virtude de LTS por 2 dias, número esse que é considerado irrelevante. Tal dado é importante em razão da Meta 9 do CNJ para o ano de 2013 na Justiça do Trabalho, que propõe a implementação de Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) em, pelo menos, 65% das unidades judiciárias e administrativas.

1.2.3. Greve dos Servidores

Registra-se que não foram publicadas portarias de greve na Unidade Judiciária, suspendendo ou interrompendo prazos, em decorrência do movimento grevista deflagrado pelos servidores do Judiciário Federal no ano de 2012.

1.3. Estagiários

Mediante consulta aos dados da Seção de Gestão de Pessoas deste Tribunal, em 24.07.2013, verificou-se que a Unidade Judiciária não conta com estagiário de Direito.

1.4. Capacitação dos Magistrados e dos Servidores

A Meta 15 do Conselho Nacional de Justiça para o ano de 2012 determina a capacitação, com carga-horária mínima de 20 horas, de 20% dos magistrados e 20% dos servidores, na utilização do processo judicial eletrônico (PJe) e em gestão estratégica. Conforme os dados colhidos na Seção de



Gestão de Pessoas deste Tribunal, em 24.07.2013, referente ao ano de 2012, verificou-se que o Magistrado que ocupou a titularidade da Unidade Judiciária até 26.01.2012, **Marco Aurélio Barcellos Carneiro**, não frequentou cursos de capacitação na utilização do PJe e de gestão estratégica. Já a atual Titular da 1ª Vara do Trabalho de Uruguaiana, **Laura Antunes de Souza**, contabilizou 30 horas de participação em cursos exigidos pelo CNJ em 2012. Portanto, foi atingida a meta do respectivo período pela magistrada.

Em relação aos servidores que estiveram em exercício na Unidade Judiciária no ano de 2012, 9 participaram de cursos, dos quais 4 completaram o número de horas mínimas exigidas pelo CNJ. Dessa forma, a meta também foi atingida, como é apontado a seguir.

Meta 15 do CNJ/2012 – Capacitação em PJe e Gestão Estratégica					
	Nome	Nº de Horas			% atingido
		PJe	Gestão Estratégica	Total	
Magistrados	Marco Aurélio Barcellos Carneiro (até 26.01.2012)	0	0	0	50%
	Laura Antunes de Souza (desde 15.02.2012)	30 horas	-	30 horas	
Servidores	Nome	Nº de Horas			% atingido
		PJe	Gestão Estratégica	Total	
	Beatriz de Felipe Reis (desde 10.12.2012)	0	0	0	25%
	Carmen Lúcia da Silva Vieira	8 horas	20 horas	28 horas	
	Chaiane Maria Publitz (desde 22.01.2013)	-	-	-	
	Cristiana Mendes Mendonça (desde 1º.06.2012)	0	20 horas	20 horas	
	Dianir Valente Izaguirres	8 horas	20 horas	28 horas	
	Everton Roberto da Silva (desde 11.03.2013)	-	-	-	
	Josiane Silveira (desde 19.03.2012)	0	20 horas	20 horas	
	Luiz Fernando Queiroz Gonçalves	8 horas	0	8 horas	
	Marilene Santos Sereno	0	0	0	
	Paulo Tarso Villela Gomes (desde 25.02.2013)	-	-	-	
	Rafaela Martins Pottes de Mello (desde 21.05.2013)	-	-	-	
	Sérgio Silva da Silva	0	0	0	
	Stefânia Pasini Machado (desde 25.02.2013)	-	-	-	
	Thales Antunes Soffiatti (desde 24.01.2013)	-	-	-	
	Servidores que estiveram em exercício na Unidade Judiciária em 2012				



	Roberto Kolling Martini (até 29.01.2012)	0	0	0
	Eduardo Jesus Sanches (até 30.01.2012)	8 horas	0	8 horas
	Rafael Mayer César (até 21.03.2012)	0	0	0
	Douglas Lima da Fontoura (até 30.09.2012)	0	0	0
	Sayonara Crestani (até 25.10.2012)	8 horas	0	8 horas
	Sirley Carla Kakow	8 horas	0	8 horas
	Luan Marcel Bernieri (de 23.02.2012 a 18.03.2013)	8 horas	0	8 horas
	Fernanda Savian Rodrigues	0	0	0

Em relação ao ano de 2013, a Meta 11 do CNJ propõe capacitar, com duração mínima de 20 horas, 50% dos magistrados e 50% dos servidores, na utilização do processo judicial eletrônico (PJe) e em gestão estratégica.

Assim, é suficiente que a magistrada continue cumprindo as metas referentes à participação em cursos e eventos de gestão estratégica e de utilização do processo eletrônico. À gestora da Unidade Judiciária, recomenda-se que adote as medidas necessárias ao cumprimento dessa meta, como vinha fazendo a anterior gestora, a fim de viabilizar a participação dos servidores em tais cursos e eventos, orientando-os sobre a importância do aprimoramento da capacitação funcional.

Por outro lado, o Plano Estratégico Institucional deste TRT relativo aos anos de 2010 a 2015, no tema “Gestão de Pessoas” (Objetivo Estratégico 1), impõe metas a serem observadas, quais sejam: *Envolver, comprometer e qualificar magistrados e servidores para o atingimento dos objetivos estratégicos. Foco: Implantar a gestão por competências alinhada à estratégia, priorizando a atividade-fim. Descrição: Elevar o nível de comprometimento, motivação e identidade institucional dos magistrados e servidores e garantir que possuam conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais para viabilizar o alcance dos objetivos estratégicos, utilizando a gestão por competências.* Um dos indicadores desse objetivo estratégico é o percentual de magistrados e servidores capacitados em cada unidade judiciária, a ser alcançado conforme o quadro seguinte.

Percentual de Magistrados Capacitados da Unidade	Metas do Plano Estratégico Institucional deste TRT					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	85%	85%	85%	85%	85%	85%
Situação da Unidade Judiciária	Situação da Unidade Judiciária					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015



	50%	0%	50%	100%	-	-
--	-----	----	-----	------	---	---

Percentual de Servidores Capacitados da Unidade	Metas do Plano Estratégico Institucional deste TRT					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	75%	75%	75%	75%	75%	75%
Situação da Unidade Judiciária	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	55%	61,11%	80%	41,18%	-	-

Consoante os dados da Seção de Gestão de Pessoas deste Tribunal, em 24.07.2013, observou-se que o Magistrado que ocupou a titularidade da Vara do Trabalho inspecionada, entre 29.07.2010 e 26.01.2012, **Marco Aurélio Barcellos Carneiro**, não contabilizou horas de participação em cursos. Já a atual Juíza Titular, desde 15.02.2012, **Laura Antunes de Souza**, frequentou cursos e eventos de capacitação funcional que totalizaram 115 horas, enquanto o Juiz Substituto que esteve lotado na 1ª e 2ª Varas do Trabalho de Uruguiana de 11.03.2013 a 12.08.2013, **Inácio André de Oliveira**, computou 173 horas de participação em cursos desde a sua lotação até o presente momento. Dessa forma, as metas do Planejamento Estratégico do TRT4 foram atingidas somente em 2013. Vide especificação no próximo quadro.

Magistrado	Capacitação em 2010	Capacitação em 2011	Capacitação em 2012	Capacitação em 2013 (até 24.07.2013)
Marco Aurélio Barcellos Carneiro (de 29.07.2010 a 26.01.2012)	0	0	0	-
Laura Antunes de Souza (desde 15.02.2012)	-	-	92,5 horas	22,5 horas
Inácio André de Oliveira (desde 11.03.2013)	-	-	-	173 horas

0 = magistrado não tem capacitação durante a atuação na Unidade Judiciária no período
- = magistrado não atuava Unidade Judiciária no período

Complementando os dados acima, a fim de demonstrar o percentual de magistrados capacitados, o quadro seguinte mostra a carga horária de capacitação da Juíza que exerceu a titularidade da Unidade Judiciária até 27.06.2010.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Magistrado	Capacitação em 2010	Capacitação em 2011	Capacitação em 2012	Capacitação em 2013 (até 24.07.2013)
Patrícia Heringer (até 27.06.2010)	4,4 horas	-	-	-

Em relação aos servidores que trabalham nessa Vara do Trabalho, salienta-se que o percentual de capacitação exigido no Planejamento Estratégico do TRT4 foi atingido apenas no ano de 2012. Por fim, de acordo com o demonstrativo seguinte, sinala-se que, dos 14 servidores lotados na Unidade Judiciária inspecionada, incluindo-se os 2 Assistentes de Juiz Substituto, 4 não participaram de nenhum curso ou evento de capacitação funcional, durante o período avaliado, 4 contabilizam carga horária de até 64 horas, 5 registram entre 132 e 166 horas e 1 supera 270 horas de participação em cursos ou eventos de capacitação funcional.

Servidor	Capacitação em 2010	Capacitação em 2011	Capacitação em 2012	Capacitação em 2013 (até 24.07.2013)
Beatriz de Felipe Reis (desde 10.12.2012)	-	-	36 horas	0
Carmen Lúcia da Silva Vieira	84 horas	16 horas	93 horas	80 horas
Chaiane Maria Bublitz (desde 22.01.2013)	-	-	-	136 horas
Cristiana Mendes Mendonça (desde 1º.06.2012)	-	-	128,5 horas	0
Dianir Valente Izaguirres	23 horas	5 horas	94 horas	10 horas
Everton Roberto da Silva (desde 11.03.2013)	-	-	-	36 horas
Josiane Silveira (desde 19.03.2012)	-	-	76 horas	62 horas
Luiz Fernando Queiroz Gonçalves (desde 1º.12.2010)	0	55 horas	71 horas	40 horas
Marilene Santos Sereno	0	33 horas	6 horas	0
Paulo Tarso Villela Gomes (desde 25.02.2013)	-	-	-	0
Rafaela Martins Pottes de Mello (desde 21.05.2013)	-	-	-	0
Sérgio Silva da Silva (desde 09.03.2011)	-	0	0	0
Stefânia Pasini Machado (desde 25.02.2013) - Gestora da Unidade Judiciária	-	-	-	0

**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL****TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

Thales Antunes Soffiatti (desde 24.01.2013)	-	-	-	64 horas
--	---	---	---	----------

0 = servidor não tem capacitação durante o exercício na Unidade Judiciária no período

- = servidor não estava em exercício na Unidade Judiciária no período

Complementando a tabela acima, a fim de demonstrar o percentual de servidores capacitados, o quadro que segue mostra a carga horária de capacitação de todos os servidores que estiveram em exercício na Vara do Trabalho, entre 2010 e 2013, e que não mais se encontram lotados na Unidade.

Servidor	Capacitação em 2010	Capacitação em 2011	Capacitação em 2012	Capacitação em 2013 (até 24.07.2013)
Karen Christie Louro Mano Marques (até 14.03.2010)	0	-	-	-
Diego Wetzel Escarcel (até 18.04.2010)	0	-	-	-
Leandra Stella Leão (até 21.07.2010)	2 horas	-	-	-
Roberta Duarte Ferreira Machado (de 16.04.2010 a 13.10.2010)	314,5 horas	-	-	-
Aline Barcelos de Mello (de 11.11.2010 a 30.11.2010)	8 horas	-	-	-
Luís Sérgio Ferreira (de 14.12.2010 a 06.01.2011)	0	0	-	-
Thobias Canterle de Oliveira (até 09.01.2011)	40 horas	0	-	-
Eduardo Guterres Felin (de 20.12.2010 a 13.01.2011)	0	0	-	-
Francisco José Dorneles de Moraes Nunes (de 10.03.2010 a 08.03.2011)	118 horas	0	-	-
Luciana Schlup (de 12.11.2010 a 05.06.2011)	0	12 horas	-	-
Priscila Dibi Schvarcz (de 03.08.2011 a 06.11.2011)	-	42 horas	-	-
Roberto Kolling Martini (até 29.01.2011)	211 horas	0	-	-
Eduardo Jesus Sanches (até 30.01.2012)	15 horas	0	0	-
Rafael Mayer César (de 16.08.2010 a 21.03.2012)	0	131 horas	0	-
Douglas Lima da Fontoura (até 30.09.2012)	0	30 horas	26 horas	-
Sayonara Crestani (de 03.08.2011 a 25.10.2012)	-	52 horas	74 horas	-



Sirley Carla Kakow (até 24.02.2013)	117,8 horas	21,5 horas	8 horas	0
Luan Marcel Bernieri (de 22.02.2012 a 18.03.2013)	-	-	100 horas	0
Fernanda Savian Rodrigues (até 14.05.2013)	15 horas	25 horas	6 horas	0

Dessa forma, já tendo havido o cumprimento da meta pelos magistrados em 2013, basta que continuem participando de cursos e eventos de capacitação. Em relação aos servidores, tendo havido o cumprimento da meta em 2012, recomenda-se que continuem participando de cursos e eventos que contribuam para o exercício de suas atividades, a fim de ser atendida a meta de 2013, cujo prazo ainda se encontra em curso, diante da importância do aprimoramento da capacitação funcional.

2. PJe

Ainda não há previsão de instalação do PJe na Unidade Judiciária.

3. Dados Estatísticos da Unidade Judiciária

3.1. Processos pendentes

Houve redução do número total de processos pendentes de solução na Unidade Judiciária, levando-se em conta os dados dos meses de dezembro de 2011 (2.112 processos), dezembro de 2012 (2.073 processos) e junho de 2013 (2.040 processos), com destaque para a diminuição do número de processos pendentes de conhecimento, como dá conta o quadro seguinte.

Mês/Ano	Processos Pendentes de Cognição	Processos Pendentes de Liquidação	Processos Pendentes de Execução	Total de Processos Pendentes
Dez/2011	759	191	1.162	2.112
Dez/2012	550	115	1.408	2.073
Jun/2013	360	199	1.481	2.040

* Dados colhidos em 17.07.2013.

3.2. – Processos em fase de conhecimento

a) Processos ajuizados até 2007 pendentes de julgamento



A Meta 2 do CNJ para o ano 2010 é Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31 de dezembro de 2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do Tribunal do Júri, até 31 de dezembro de 2007. Mediante consulta ao sistema informatizado, observou-se que já foram prolatadas sentenças em todos os processos ajuizados até 31.12.2007. Dessa forma, a respectiva meta foi atingida pela Unidade Judiciária.

b) Processos ajuizados em 2008 pendentes de julgamento

A Meta 2 do ano de 2012 do Conselho Nacional de Justiça recomenda Julgar, até 31.12.2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2007, no STJ; 70%, em 2009, na Justiça Militar da União; 50%, em 2007, na Justiça Federal; 50%, de 2007 a 2009, nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais; 80%, (dos processos distribuídos) em 2008, na Justiça do Trabalho; 90%, de 2008 a 2009, na Justiça Eleitoral; 90%, de 2008 a 2010, na Justiça Militar dos Estados; e 90% em 2007, nas Turmas Recursais Estaduais, e no 2º Grau da Justiça Estadual. Mediante consulta ao sistema informatizado, observou-se que em todos os processos ajuizados em 2008 já foram prolatadas sentenças. Dessa forma, a respectiva meta já foi atingida pela Unidade Judiciária.

c) Processos ajuizados em 2009 pendentes de julgamento

A Meta 2 do ano de 2013 do Conselho Nacional de Justiça recomenda Julgar, até 31/12/2013, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008 no STJ; 70%, em 2010 na Justiça Militar da União; 50%, em 2008, na Justiça Federal; 50%, em 2010, nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais; 80%, em 2009, na Justiça do Trabalho; 90%, em 2010, na Justiça Eleitoral; 90%, em 2011, na justiça Militar dos Estados; e 90%, em 2008, nas Turmas Recursais Estaduais e no 2º Grau da Justiça Estadual. Mediante consulta ao sistema informatizado, observou-se que já foram prolatadas sentenças em todos os processos ajuizados em 2009. Dessa forma, a respectiva meta já foi atingida pela Unidade Judiciária.

d) Reclamações trabalhistas ajuizadas e solucionadas

A Meta 1 do Conselho Nacional de Justiça para o ano de 2012 determina que devem ser julgados *mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012* em todo o Poder Judiciário. Na 1ª Vara do Trabalho, o número total de ações solucionadas, durante o ano de 2012, foi superior ao número total de ações ajuizadas no mesmo lapso. Portanto, a meta foi atingida, como se observa do quadro que segue.

Por seu turno, os dados parciais do ano de 2013 registram melhora em relação ao desempenho da Unidade Judiciária nesse aspecto, de modo que, com as informações obtidas até junho de 2013, há a tendência de



que seja alcançada a Meta 1 do Conselho Nacional de Justiça para o ano de 2013, que é *Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013* em todo o Poder Judiciário.

Mês/Ano	Ajuizadas	Solucionadas	Desempenho%
Total em 2011	1.602	1.342	83,77
Total em 2012	1.634	1.867	114,26
Total em 2013 (até junho)	792	914	115,4

* Dados colhidos em 17.07.2013.

Diante disso, basta que a Unidade Judiciária mantenha o controle mensal da quantidade de processos solucionados em relação ao número de ações ajuizadas, concentrando esforços em medidas que mantenham o desempenho da Unidade Judiciária, tais como a inserção de processos na pauta para tentativa de conciliação.

e) Petições protocoladas

De acordo com a consulta feita ao sistema informatizado inFOR, a média de petições protocoladas **diariamente** na Unidade Judiciária no ano de 2012, considerando todas as fases processuais, foi de **64,31**, registrando-se aumento em relação à média do ano anterior, conforme se vê no quadro seguinte.

	Total de Petições Protocoladas	Dias Úteis	Média/dia
Total em 2011	12.853	232	55,40
Total em 2012	14.985	233	64,31
Variação (%)	16,59	0,43	16,09
Total em 2013 (até junho)	7.802	128	60,95

** Dados colhidos em 17.07.2013.

f) Processos solucionados por conciliação

Nos termos do Plano Estratégico Institucional deste TRT, relativo aos anos de 2010 a 2015, no tema "Eficiência Operacional" (Objetivo Estratégico 1), foi estabelecido o seguinte: *Aprimorar, simplificar e agilizar as rotinas de trabalho (administrativas e judiciais). Descrição: Buscar uma melhoria contínua nas rotinas de trabalho, contribuindo para a redução do*



tempo de tramitação e contribuindo com a razoável duração do processo. Entre os indicadores desse objetivo está o índice de conciliações na fase de conhecimento, cujas metas estabelecidas são as que seguem.

Índice de Acordos (conhecimento)	Metas					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	43%	45%	48%	52%	58%	60%

Considerando as informações do próximo quadro, verifica-se que, em 2011, 45,44% dos processos ajuizados foram solucionados por conciliação, ficando 0,44 pontos acima do cumprimento da meta. Em 2012, esse índice caiu para 23,62%, ficando 24,38 pontos percentuais abaixo do atingimento da meta. Segundo os dados de 2013, ainda que parciais, constata-se que a Unidade Judiciária vem apresentando melhora no índice de conciliações.

Mês/Ano	Ajuizadas	Conciliados	Sentença	Arquivados	Outros	Total de Solucionados	Percentual de Acordos (%)
Total em 2010	1.122	437	632	69	35	1.173	38,95
Total em 2011	1.602	728	499	67	48	1.342	45,44
Total em 2012	1.634	386	1.349	87	45	1.867	23,62
Total em 2013	792	216	626	35	37	914	27,27

* Dados colhidos em 17.07.2013.

Diante disso, recomenda-se seja redobrado o empenho na composição das lides, inclusive com incremento na marcação de audiências para tentativa de conciliação.

g) Prazo médio de tramitação do processo na fase de conhecimento

No período de 18 a 22 de junho de 2012, houve Correição Ordinária pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho neste Tribunal Regional do Trabalho. Entre as recomendações específicas à Corregedoria deste TRT, destaca-se a *incitação aos magistrados a envidar os melhores esforços, para que, gradual e progressivamente, empreendam o desejado encurtamento do tempo de tramitação do processo na fase de conhecimento.* Além disso, pelo Ofício nº 177/2012 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, de 03.09.2012, foi exigido pelo Corregedor-Geral da Justiça Trabalho que, tão logo ocorra o encurtamento do prazo de tramitação processual na fase de conhecimento, sejam prestadas informações àquela Corregedoria-Geral.



Em face do exposto, é impositiva a redução do prazo médio de tramitação dos processos na fase de conhecimento. Para tanto, considerou-se razoável a meta de redução de 10% do prazo no período de novembro de 2012 a abril de 2013, observado o disposto no próximo quadro.

	Prazo médio (em dias) TRT4 Período – abr a out/2012	Meta (em dias) para o período de nov/2012 a abril/2013
Rito sumaríssimo	93,37	84,03
Exceto rito sumaríssimo	254,03	228,63
Total	230,45	207,40

Analisando-se os prazos dos processos de rito sumaríssimo em fase de conhecimento na Unidade Judiciária, verifica-se que, de abril a outubro de 2012, o prazo médio de tramitação foi de 67,86 dias, o qual estava 25,51 dias mais célere que a média da 4ª Região no mesmo lapso. De novembro de 2012 a abril de 2013, a Unidade Judiciária apresentou melhor desempenho, de forma que o prazo médio de tramitação dos processos de rito sumaríssimo em fase de conhecimento caiu para 55,83 dias. Dessa forma, o prazo médio ficou 28,2 dias mais ágil que a meta proposta para abril de 2013.

Nos processos de rito ordinário na fase de conhecimento, de abril a outubro de 2012, o prazo médio de tramitação foi de 166,85 dias, ou seja, 87,18 dias mais célere que a média do TRT no período. Analisando-se os dados de novembro de 2012 a abril de 2013, constatou-se diminuição no tempo de tramitação desses processos para 137,13 dias. Dessa forma, o prazo médio ficou 91,5 dias mais ágil que a meta proposta para abril de 2013.

Levando-se em conta todos os processos cuja fase de conhecimento foi encerrada de novembro de 2012 a abril de 2013, verificou-se que a Unidade Judiciária apresentou prazo médio 75,39 dias mais célere que a meta proposta para o mês de abril de 2013. Sinala-se, ainda, que considerando os dados dos meses subsequentes, há tendência de diminuição do prazo médio de tramitação dos processos na fase de conhecimento.

Prazo médio, em dias, de tramitação processual na fase de conhecimento na Unidade (do ajuizamento da ação até a prolação da sentença)			
	abril a outubro de 2012	Novembro de 2012 a abril de 2013	Mai a junho de 2013
Rito sumaríssimo	67,86	55,83	47,08
Relação com o Pz médio do TRT	-25,51	-37,54	-46,29
Situação em relação à meta	-16,17	-28,2	-36,95



Exceto rito sumaríssimo	166,85	137,13	133,45
Relação com o Pz médio do TRT	-87,18	-116,9	-120,58
Situação em relação à meta	-61,78	-91,5	-95,18
Pz médio total	160,88	132,01	130,68
Relação com o Pz médio do TRT	-69,57	-98,44	-99,77
Situação em relação à meta	-46,52	-75,39	-76,72

* Dados colhidos em 17.07.2013.

3.3. Audiências

a) Prazo médio para realização das audiências

Como se observa no próximo quadro, houve considerável aumento no prazo médio de realização das audiências na Unidade Judiciária. No ano de 2011, o prazo médio de realização das audiências iniciais em processos de rito ordinário ficou em torno de 40 dias. Em 2012, essa média subiu para 47,83 dias. Por sua vez, o prazo de realização das audiências iniciais em processos de rito sumaríssimo, que foi de 28,92 dias em 2011, subiu para 33,75 dias em 2012.

As audiências de prosseguimento, que ocorreram no prazo médio de 166,08 dias em 2011, tiveram esse prazo estendido para 192,58 dias em 2012. Assim, a Unidade Judiciária carece de aperfeiçoamento. É importante destacar, ainda, que os dados parciais do ano de 2013 indicam relevante diminuição do prazo médio para realização das audiências de prosseguimento, mostrando-se excelente o desempenho da Unidade Judiciária nesse aspecto. O quadro que segue mostra, em número de dias, o tempo de espera pelas audiências inaugurais e de instrução na Unidade Judiciária inspecionada.

	Ordinário 1ª Audiência	Sumaríssimo 1ª Audiência	Ordinário Prosseguimento	Sumaríssimo Prosseguimento
Pz Médio em 2011	39,67	28,92	166,08	20,5
Pz Médio em 2012	47,83	33,75	192,58	0
Pz Médio em 2013 (até junho)	46,33	41,14	73,54	8,53

* Dados colhidos em 17.07.2013.



b) Média mensal de processos em pauta e dias com audiências

Completando os dados do quadro anterior, elenca-se o número de dias, por mês, em que houve audiências e o número de processos pautados.

	Dias com Audiência	Nº de Processos na Pauta
Total em 2011	124	1.974
Média mensal em 2011	10,33	164,5
Total em 2012	169	2.984
Média mensal em 2012	14,08	248,67
Variação (%)	36,29	51,17
Total em 2013 (até junho)	89	1.307
Média mensal em 2013 (até junho)	14,83	217,83

* Dados colhidos em 17.07.2013.

Assim, recomenda-se que, nos processos de rito sumaríssimo, seja observado o prazo de 15 dias, estabelecido no art. 852-B, III, da CLT, para designação da audiência inicial. Nos processos de rito ordinário, o prazo razoável para a audiência inaugural é de aproximadamente 30 dias. O prazo médio para a audiência de prosseguimento deve ser mantido abaixo dos 150 dias.

3.4. Processos em fase de execução

Em 2012, o número de execuções encerradas definitivamente aumentou 0,72% em relação ao número de execuções encerradas em 2011. Dessa forma, a Meta 17 do CNJ de 2012, que é *Aumentar em 10% o quantitativo de execuções encerradas em relação a 2011*, não foi alcançada. Esse número foi inferior às execuções iniciadas no próprio período em 219, contribuindo para o aumento do estoque de processos pendentes na fase de execução em mais de 21%.

EXECUÇÕES					
Mês/Ano	Iniciados	Desarquivados e Outros	Encerradas	Arquivo Provisório e Outros	Processos Pendentes em Execução



Total em 2011	673	138	553	172	1.162
Total em 2012	776	146	557	119	1.408
Variação	15,3	5,8	0,72	-30,81	21,17
Total em 2013 (até junho)	367	58	313	78	1.481

* Dados colhidos em 17.07.2013.

Neste ano de 2013, porém, é importante que a Unidade Judiciária observe o que determina a Meta 17 do Conselho Nacional de Justiça, que é *Aumentar em 15% o quantitativo de execuções encerradas em relação a 2011*, cujos números são os seguintes.

EXECUÇÕES			
Encerradas em 2011	Meta para 2013 (+15%)	Já encerradas (até junho/2013)	Diferença para atingir a meta
553 processos	636 processos	313 processos	323 processos

Assim, recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, observando o número de processos apontado acima, inclusive com o incremento na marcação de audiências para tentativa de conciliação em processos na fase de execução.

Ainda quanto à fase de execução, também é importante a redução do tempo médio de tramitação dos processos. O Plano Estratégico Institucional deste TRT, no tema "Acesso à Justiça e Efetividade" (Objetivo Estratégico 1) manda *Promover o cumprimento das decisões judiciais. Descrição: Assegurar o cumprimento das decisões emanadas do Poder Judiciário, a fim de garantir que os direitos reconhecidos alcancem resultados concretos.* No que se refere ao indicador do tempo médio de tramitação dos processos na fase de execução, observa-se no quadro abaixo que, em 2010, 2011 e 2012, a Unidade Judiciária conseguiu alcançar a meta estabelecida no plano estratégico. Os dados parciais obtidos até o mês de junho de 2013 indicam o aumento da média de dias em que os processos tramitaram na fase de execução. Mesmo assim, o lapso implementado pela Unidade Judiciária, nesses 6 meses de 2013, indica que a meta será atendida, mostrando-se excelente o desempenho da Unidade Judiciária.

Tempo médio de tramitação	Metas					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015



na execução (dias)	1.022	920	782	664	564	360
	Situação da Unidade Judiciária					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	786,80	794,38	362,67	432,56	-	-
= Somatório dos dias transcorridos desde a data do trânsito em julgado até a data do arquivamento definitivo em todos os processos arquivados definitivamente, dividindo-se o valor alcançado pelo número de processos arquivados definitivamente.						

* Dados colhidos em 17.07.2013.

Diante disso, determina-se que a Unidade Judiciária mantenha o empenho na redução do tempo de tramitação das execuções, de forma que seja alcançada a meta proposta para o ano de 2013. Com esse propósito, sugere-se a utilização dos convênios disponibilizados por este TRT4 (Bacen Jud, HOD, InfoJud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, INFOSEG) e a consulta ao Banco de Boas Práticas disponibilizado na Intranet, a fim de simplificar os atos processuais da fase de execução.

3.5. Valores arrecadados e movimentados, por rubrica

Mês/Ano	Custas e Emolumentos	Recolhimentos Previdenciários	Imposto de Renda	Pagamentos em Acordos	Pagamentos em Execução
Total em 2011	R\$ 84.684,22	R\$ 1.183.375,41	R\$ 589.716,37	R\$ 206.233,74	R\$ 3.627.249,23
Total em 2012	R\$ 142.988,22	R\$ 1.295.821,58	R\$ 185.648,68	R\$ 2.204.697,65	R\$ 5.295.021,74
Total em 2013 (até junho)	R\$ 50.557,70	R\$ 744.947,58	R\$ 32.424,04	R\$ 456.080,33	R\$ 1.639.372,20

* Dados colhidos em 17.07.2013.

4. Exame dos Registros

Os serviços da Unidade Judiciária estão informatizados, tendo sido examinados os registros eletrônicos, nos termos do art. 51 da Consolidação de Provimentos da Corregedoria Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região – CPR, e encontradas as irregularidades a seguir elencadas.

4.1. Registros de Carga de Processos a Advogados

Analisados os lançamentos no sistema informatizado – inFOR, no dia 25.07.2013, constatou-se a existência de 8 processos em carga com



advogados com prazo excedido há mais de 30 dias, conforme a relação que segue:

- a) No processo nº 0076900-26.1994.5.04.0801, com prazo vencido em 15.05.2013, foi proferido despacho determinando a intimação do procurador do reclamante para devolução dos autos em 05.07.2013, sob pena de busca e apreensão, o qual foi cumprido na mesma data. Não devolvidos os autos, foi proferido despacho determinando a expedição de mandado de busca e apreensão em 22.07.2013, determinação cumprida em 23.07.2013. Em semelhante situação, encontram-se os processos cujos números são listados a seguir.

0000847-71.2012.5.04.0801	prazo vencido em 31.05.2013
0031100-67.1997.5.04.0801	prazo vencido em 04.06.2013
0000298-61.2012.5.04.0801	prazo vencido em 17.06.2013

- b) No processo nº 0000228-78.2011.5.04.0801, com prazo vencido em 03.06.2012, foi proferido despacho determinando a intimação do procurador da reclamada para devolução dos autos em 26.06.2013. Em 1º.07.2013, foi deferida a dilação de prazo requerida, considerando as tratativas de acordo pelas partes. Em 22.07.2013, foi proferido despacho reiterando a determinação para devolução dos autos, no prazo de 48 horas, o qual foi cumprido em 25.07.2013;
- c) Nos processos nº 0174700-20.1995.5.04.0801 (prazo vencido em 24.06.2013), nº 0001545-14.2011.5.04.0801 (prazo vencido em 24.06.2013) e nº 0000854-63.2012.5.04.0801 (prazo vencido em 25.06.2013), não foram tomadas providências para solicitar a devolução dos autos até a data da análise correccional.

Diante disso, determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPR.

4.2. Registros de Carga de Processos a Peritos

Examinados os lançamentos no sistema informatizado – inFOR, no dia 25.07.2013, não foi constatado prazo excedido há mais de 30 dias em nenhum processo em carga com perito.

Basta, pois, que a Diretora de Secretaria continue a observar o disposto no art. 51, § 1º, da CPR.

4.3. Registros de Carga de Mandados



Conforme os lançamentos do sistema informatizado – inFOR, no dia 25.07.2013, constatou-se não haver mandados com prazo de cumprimento excedido há mais de 30 dias.

Destarte, é suficiente que a Diretora de Secretaria continue a observar o disposto no art. 51, § 1º, da CPR.

4.4. Registros de Carga de Processos a Juízes

Pelos dados colhidos no Boletim de Produção Mensal de juízes, em 25.07.2013, havia 26 processos pendentes de decisão em carga com os magistrados, distribuídos do seguinte modo:

- a) Juiz **Denílson da Silva Mroginski** – 9 processos de cognição de rito ordinário;
- b) Juiz **Inácio André de Oliveira** – 1 processo de cognição de rito ordinário;
- c) Juíza **Laura Antunes de Souza** – 12 processos de cognição de rito ordinário;
- d) Juiz **Marcelo Dibi Ercolani** – 1 processo pendente de julgamento de embargos de declaração;
- e) Juiz **Marco Aurélio Barcellos Carneiro** – 1 processo pendente de julgamento de embargos de declaração;
- f) Juíza **Milena Ody** – 1 processo de cognição de rito ordinário;
- g) Juiz **Roberto Teixeira Siegmann** – 1 processo de cognição de rito ordinário.

OBSERVAÇÃO.

- A Juíza Titular, **Laura Antunes de Souza**, usualmente designa data para publicação das sentenças no encerramento da instrução. No mesmo sentido, o Juiz Substituto **Inácio André de Oliveira**, que esteve lotado na Unidade Judiciária de 11.03.2013 a 12.08.2013, marcava data para publicação das sentenças.

5. Rotinas da Secretaria

Embora as rotinas das unidades judiciárias estejam predominantemente informatizadas, alguns procedimentos e prazos ainda não são aferíveis por meio do sistema inFOR. Essas rotinas foram examinadas na visita correcional e, no rol que segue, constam as informações obtidas na Vara inspecionada.



a) Arquivamento de processos: Segundo a informação da Assistente da Diretora de Secretaria, essa atividade é executada sempre que preenchido o volume de uma gaveta, o que ocorre mais de uma vez por mês. Em 21.08.2013, estavam sendo arquivados processos de 13.08.2013.

b) Certificação de prazos: Na data da correição (21.08.2013), a Secretaria concluía a certificação dos prazos de 19.08.2013.

c) Cumprimento dos despachos: A Assistente da Diretora de Secretaria esclareceu que os despachos são cumpridos no dia de sua assinatura ou no dia posterior. No dia da visita correcional, estavam sendo cumpridos os despachos assinados em 20.08.2013.

d) Expedição de mandados de citação: Quando da correição, em 21.08.2013, não havia mandados de citação pendentes de expedição.

e) Protocolo: Disse a Assistente da Diretora de Secretaria que, na semana anterior, 6 servidores da Secretaria da Vara compareceram a um curso oferecido pelo Tribunal Regional do Trabalho em Santana do Livramento durante 2 dias. Essa situação provocou um atraso no encaminhamento do protocolo, que normalmente ocorre no dia posterior ao recebimento das petições ou no dia seguinte a esse. Na data da visita correcional, 21.08.2013, estava sendo encaminhado o protocolo do dia 13.08.2013.

f) Remessa de processos ao TRT: Em regra, é feita a remessa de processos ao Tribunal Regional do Trabalho 2 vezes por semana. Em 21.08.2013, havia processos aguardando essa remessa por falta de espaço nas bolsas do malote.

6. Análise de Processos

Os processos examinados foram selecionados em 2 listagens distintas. A primeira foi expedida em 25.07.2013, contendo processos que não receberam movimentação até 25.06.2013, ou seja, 30 dias antes da data em que a listagem foi expedida. Essa listagem, extraída do sistema informatizado – inFOR, diz respeito a processos sem movimentação e totalizou 596 processos, dos quais foram selecionados, por amostragem, 59 processos. Dessa amostragem, verificaram-se irregularidades em 36 processos, das quais decorrem as determinações e as recomendações abaixo descritas (letras “a” e “b”). Esclarece-se, ainda, que o sistema inFOR, ao gerar essa listagem de processos parados, inclui processos com RPVs, cujo número é de 242, e processos com execução reunida (andamento “REUNIDO AO PROCESSO”), que são desconsiderados na elaboração da amostragem, mas que, na Vara do Trabalho inspecionada, representam 67 processos sem movimentação.

A segunda lista, elaborada pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações – SETIC, foi expedida em 14.06.2013 por meio do sistema inFOR. Essa lista é decorrente de sorteio entre todos os processos da Unidade Judiciária, com fases e ritos processuais diferentes, e foi composta de 55 processos, dos quais foram recebidos para análise física 14 processos, abaixo relacionados (letras “c” e “d”).



- a) Processos com irregularidades, oriundos da listagem dos 596 processos sem movimentação, conforme a consulta feita pelo sistema inFOR:

0023800-93.1993.5.04.0801	0077000-83.1991.5.04.0801	0098100-55.1995.5.04.0801
0001616-16.2011.5.04.0801	0001610-09.2011.5.04.0801	0001609-24.2011.5.04.0801
0001600-62.2011.5.04.0801	0001580-71.2011.5.04.0801	0155000-06.2005.5.04.0802
0000569-07.2011.5.04.0801	0001527-56.2012.5.04.0801	0000029-85.2013.5.04.0801
0040900-07.2006.5.04.0801	0000459-37.2013.5.04.0801	0000181-07.2011.5.04.0801
0001101-15.2010.5.04.0801	0001538-22.2011.5.04.0801	0119500-62.1994.5.04.0801
0031300-35.2001.5.04.0801	0001147-04.2010.5.04.0801	0001064-17.2012.5.04.0801
0001162-70.2010.5.04.0801	0001001-60.2010.5.04.0801	0001656-61.2012.5.04.0801
0001669-94.2011.5.04.0801	0079200-04.2007.5.04.0801	0001180-91.2010.5.04.0801
0000304-68.2012.5.04.0801	0000759-04.2010.5.04.0801	0060500-43.2008.5.04.0801
0000131-15.2010.5.04.0801	0000631-47.2011.5.04.0801	0000261-68.2011.5.04.0801
0001070-24.2012.5.04.0801	0001690-70.2011.5.04.0801	0000055-83.2013.5.04.0801

- Nos processos abaixo relacionados, determina-se a atualização dos andamentos no sistema inFOR:

0023800-93.1993.5.04.0801	0077000-83.1991.5.04.0801	0098100-55.1995.5.04.0801
0001616-16.2011.5.04.0801	0001610-09.2011.5.04.0801	0001609-24.2011.5.04.0801
0001600-62.2011.5.04.0801	0001580-71.2011.5.04.0801	0155000-06.2005.5.04.0802
0000569-07.2011.5.04.0801	0001527-56.2012.5.04.0801	0000029-85.2013.5.04.0801
0040900-07.2006.5.04.0801	0000459-37.2013.5.04.0801	0000181-07.2011.5.04.0801

- Nos processos abaixo listados, determina-se que sejam tomadas as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito:

0001101-15.2010.5.04.0801	0001538-22.2011.5.04.0801	0119500-62.1994.5.04.0801
0031300-35.2001.5.04.0801	0001147-04.2010.5.04.0801	0001064-17.2012.5.04.0801
0001162-70.2010.5.04.0801	0001001-60.2010.5.04.0801	0001656-61.2012.5.04.0801
0001669-94.2011.5.04.0801	0079200-04.2007.5.04.0801	0001180-91.2010.5.04.0801
0000304-68.2012.5.04.0801	0000759-04.2010.5.04.0801	0060500-43.2008.5.04.0801
0000131-15.2010.5.04.0801	0000631-47.2011.5.04.0801	0000261-68.2011.5.04.0801

- Nos processos abaixo relacionados, recomenda-se à Diretora de Secretaria que indique o termo final do acordo no sistema informatizado:

0001070-24.2012.5.04.0801	0001690-70.2011.5.04.0801	0000055-83.2013.5.04.0801
---------------------------	---------------------------	---------------------------

- b) Na análise da listagem de processos sem movimentação, viu-se que 196 processos, todos movidos contra o Município de Uruguaiana, aguardavam o sequestro de numerário até o montante da execução, mediante bloqueio de contas pelo sistema Bacen Jud. Os processos que aguardavam esse procedimento comprometeram o desempenho da Unidade na apuração do número de processos em fase de execução e na contagem do tempo médio de tramitação das demandas nessa fase. Contudo, apesar da urgência necessária ao cumprimento do sequestro



de numerário, tal procedimento restava prejudicado, haja vista que o Município de Uruguaiana se encontra em dificuldades financeiras para efetuar o pagamento dos valores referentes aos processos em que é executado, tendo sido firmado acordo entre os Magistrados das Varas do Trabalho de Uruguaiana e o Prefeito do Município para quitação gradual das RPVs e dos precatórios pendentes de pagamento. Assim, apesar da demora na tramitação desses processos, basta que a Vara do Trabalho inspecionada mantenha o acompanhamento dos feitos que aguardavam providências há mais de 30 dias.

- c) Processos analisados fisicamente (14), escolhidos aleatoriamente na listagem dos 55 processos sorteados, e que apresentam irregularidades:

Processo nº 0063500-03.1998.5.04.0801 – Ausência de identificação e cargo ou função do servidor no carimbo “Esta folha contém ___ documento(s)” à fl. 458-v; lapsos superiores a 45 dias para certificação de andamento processual da Carta Precatória distribuída à Vara do Trabalho de Floriano-PI (30.11.2012, 15.02.2013, 12.04.2013 e 02.07.2013 (fls. 465-v/467-v)).

Processo nº 0000472-41.2010.5.04.0801 – O termo de juntada da fl. 148-v faz referência à juntada de autos suplementares, porém, tratando-se de autos suplementares, não consta a numeração e a rubrica do servidor na margem inferior direita das folhas subsequentes (art. 105, §1º, II, da CPC/R); os autos aguardam o seqüestro de numerário até o montante da execução, mediante utilização do sistema Bacen Jud, desde 05.12.2012, no lapso superior a 7 meses, considerando o despacho proferido em 04.12.2012, que determinou o cumprimento desse ato pela Secretaria, após a inclusão do executado no BNDT (fl. 262), sendo esse o último andamento processual até a remessa dos autos para Inspeção Correccional, em 10.07.2013.

Processo nº 0000585-92.2010.5.04.0801 – O despacho proferido em 23.08.2012 determinou a inclusão do executado no BNDT e o seqüestro de numerário, até o montante da execução, mediante utilização do sistema Bacen Jud (fl. 172), tendo sido a primeira parte cumprida em 24.08.2012 (fl. 172-v) e, a segunda, somente em 06.03.2013 (fls. 173-174), no lapso superior a 6 meses; ausência do carimbo “Esta folha contém ___ documento(s)” no verso da fl. 184, com a respectiva rubrica, identificação e cargo ou função do servidor, conforme o disposto no art. 68, §2º, da CPC/R

Processo nº 0000784-17.2010.5.04.0801 – Autos aguardam o seqüestro de numerário, até o montante da execução, mediante utilização do sistema Bacen Jud, desde 13.02.2013, no lapso superior a 120 dias, considerando o despacho proferido em 13.02.2013, que determinou o cumprimento desse ato pela Secretaria, após a inclusão do executado no BNDT (fl. 166), sendo esse o último andamento processual até a remessa dos autos para Inspeção Correccional, em 10.07.2013.

Processo nº 0000837-61.2011.5.04.0801 – Autos aguardam o seqüestro de numerário, até o montante da execução, mediante utilização do sistema Bacen Jud, desde 07.11.2012, no lapso superior a 8 meses, considerando o despacho proferido em 06.11.2013, que determinou o cumprimento desse ato pela Secretaria, após a inclusão do executado no BNDT (fl. 96 – não numerada), sendo esse o último andamento processual até a remessa dos autos para Inspeção Correccional, em 10.07.2013.

Processo nº 0001388-41.2011.5.04.0801 – Na certidão de publicação de sentença à fl. 69-v consta data errada (constou 22.03.2011 ao invés de 22.03.2012), não retificada; autos aguardam o seqüestro de numerário, até o montante da execução, mediante utilização do sistema Bacen Jud, desde 09.01.2013, no lapso superior a 6 meses, considerando o despacho proferido em 08.01.2013, que determinou o cumprimento desse ato pela Secretaria, após a inclusão do executado no BNDT (fl. 110), sendo esse o último andamento processual até a remessa dos autos para Inspeção Correccional, em 10.07.2013.

Processo nº 0000503-90.2012.5.04.0801 – Ausência de identificação e cargo ou função do servidor nos carimbos “Esta folha contém ___ documento(s)” às fl. 69, 139 e 155; ausência de



carimbo “em branco” ou aposição de risco diagonal nos versos das fls. 85, 87-92, 94-95 e 101, não certificado.

- d) Nos processos nº 0092300-26.2007.5.04.0801, nº 0000565-04.2010.5.04.0801, nº 0000206-20.2011.5.04.0801, nº 0000274-67.2011.5.04.0801, nº 0001477-64.2011.5.04.0801, nº 0001506-17.2011.5.04.0801 e nº 0000522-96.2012.5.04.0801, solicitados para análise física, não se constatam irregularidades.

6.1. Recomendações Específicas

Em face do exposto acima, atente a Secretaria para as seguintes recomendações:

- a) adote o procedimento correto quanto à inutilização de folhas em branco, consoante o art. 71 da CPCR;
- b) quando da juntada de documentos reduzidos, seja rigorosamente observado o art. 68 e §§ da CPCR;
- c) havendo necessidade de retificação de termos e certidões, observe o art. 149 da CPCR;
- d) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC;
- e) retire, periodicamente, listagem de processos sem movimentação processual há mais de 90 dias para que se evitem situações similares àquelas verificadas nos processos nº 0000472-41.2010.5.04.0801, nº 0000585-92.2010.5.04.0801, nº 0000784-17.2010.5.04.0801, nº 0000837-61.2011.5.04.0801 e nº 0001388-41.2011.5.04.0801;
- f) atente para a determinação de consulta à Vara Deprecada quanto ao andamento de Carta Precatória sem movimentação por mais de 45 dias, conforme a previsão do art. 86, parágrafo único, da CPCR;
- g) observe os procedimentos para a formação dos autos provisórios, conforme a previsão do art. 105, §1º, da CPCR.

7. Pressupostos de Admissibilidade dos Recursos

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que a Unidade Judiciária observa a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento expresso nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.



8. Dados do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

Com o advento da Lei nº 12.440/2011, de 7 de julho de 2011, foi instituída a certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), documento cuja apresentação passou a ser obrigatória pelos interessados em participar de licitações. A sua expedição pressupõe a existência de um banco de dados integrado de âmbito nacional.

Em face disso, a Resolução Administrativa nº 1.470, de 24 de agosto de 2011, do Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho, instituiu o banco nacional de devedores trabalhistas (BNDT). Para composição inicial desse banco de dados, houve enorme esforço desta Justiça Especializada em todo o país. No âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, foi determinada a suspensão dos prazos processuais, assim como do atendimento externo nas unidades judiciárias de primeiro grau, no período de 12 a 20.09.2011, com esse propósito, conforme o Provimento Conjunto nº 11, de 31 de agosto de 2011, o que foi cumprido pela Unidade Judiciária inspecionada.

Porém, tão importante quanto o trabalho já executado é a constante alimentação do BNDT com os dados atualizados, a fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT. Dessa forma, impõe-se a atenção das unidades judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Em face disso, recomenda-se, em relação aos lançamentos no BNDT, que a Unidade Judiciária:

- a) **faça a imediata inclusão dos dados do devedor que, devidamente cientificado, descumprir obrigação de fazer ou não fazer, no prazo previsto em lei;**
- b) **antes de efetivar a ordem de inclusão do devedor no BNDT, em caso de execução por quantia certa, determine o bloqueio eletrônico de numerário por meio do sistema Bacen Jud, nos termos do art. 655, I, CPC;**
- c) **feito o bloqueio eletrônico de numerário, registre no sistema, quando for o caso, a informação sobre a existência de garantia total da execução e, em caso negativo, o registro do débito junto ao BNDT;**
- d) **expeça periodicamente listagem de processos em fase de execução sem dívida registrada no BNDT, verificando se não é o caso de atualização das informações. Salienta-se que, na Vara do Trabalho inspecionada, há 543 processos nessa situação;**
- e) **efetue, com prioridade, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no banco nacional de devedores trabalhistas (BNDT), nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011;**
- f) **efetue a devida anotação, no respectivo campo do sistema informatizado inFOR, quando há garantia da execução por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes devidamente**



- formalizada, o que enseja a expedição de certidão positiva de débitos trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT;
- g) utilize os convênios disponibilizados à unidade judiciária para obtenção dos números de CNPJ e CPF dos executados com débitos pendentes, possibilitando a inclusão de seus dados no BNDT;
 - h) atente para os casos de retorno dos autos pendentes de recursos na fase de execução das instâncias superiores para atualização dos dados do executado no cadastro do BNDT, se for o caso;
 - i) atente para os casos em que a execução provisória passa a ser definitiva, procedimento que exige a inclusão dos dados no BNDT, observando-se no caso o disposto nos itens “a”, “b”, e “c” acima.

9. Convênios

Verifica-se que a Unidade Judiciária utiliza os principais convênios disponibilizados pelo TRT4 (Bacen Jud, HOD, InfoJud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, TRE-RS).

10. Recomendações Gerais

Recomenda-se que os juízes de primeiro grau atentem para as seguintes orientações.

- a) determinem, de ofício ou a requerimento do interessado, a imediata liberação do depósito recursal ao credor, sempre que, após a liquidação da sentença, for apurado que o valor devido é inequivocamente superior ao do depósito, nos termos do art. 18, V, “e”, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;
- b) ao expedir Mandado de Citação, Penhora e Avaliação, em fase de execução definitiva ou provisória, levem em conta a dedução dos valores já depositados nos autos, em especial o depósito recursal, nos termos da Resolução nº 180 do TST, de 05.03.2012, que atualizou o texto da Instrução Normativa nº 3/1993, item II, letra “g”;
- c) sejam promovidas audiências semanais para tentativa de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, nos termos do art. 77, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho;
- d) ao redirecionarem a execução, em observância ao art. 79 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, determinem a inclusão do novo executado no polo passivo da relação processual e a alteração dos registros correspondentes,



bem como promovam a citação do novo executado, nos termos do art. 880 da CLT; e

- e) frequentem atividades de formação continuada pelo período mínimo de 40 horas-aula por semestre, em atividades presenciais e/ou a distância, conforme previsto nas Resoluções nº 1/2008 e 9/2011 da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT)¹.

11. Recomendação Final

Recomenda-se que a Diretora de Secretaria dê imediata ciência a todos os servidores lotados na Unidade Judiciária dos provimentos e orientações expedidos por esta Corregedoria Regional, com ênfase a este Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para informação pormenorizada sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

12. Agradecimentos e Encerramento

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Titular Laura Antunes de Souza, pelo Juiz Substituto Marcos Rafael Pereira Piscino, pela Assistente de Diretor de Secretaria Carmen Lúcia da Silva Vieira, e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Bruna Calsing, Assessora Jurídica da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

CLEUSA REGINA HALFEN
Corregedora Regional

¹ No segundo semestre de 2012, o período mínimo de horas-aula para os Juizes vitalícios é reduzido em 50% (20 horas-aula), conforme previsto na Resolução nº 10/2012 da ENAMAT.